

DF 2018

UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO

Unimed 
São José
dos Campos

De forma bela e sábia nos lembra a mensagem no Eclesiastes: *Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou.*

Esse é o ciclo da natureza. E conseqüentemente, como parte da natureza, esse também é o ciclo da nossa vida. Para tudo há um tempo certo, um tempo justo. Respeitar esse ciclo, esse tempo é a verdadeira mostra de sabedoria.

Mesmo uma vasta plantação, como essa que mostramos na capa deste Demonstrativo Financeiro, um dia foi apenas semente. Com as condições variáveis, tal semente germinará e se tornará uma pequena muda. Incontáveis processos fisiológicos se sucederão antes da muda se tornar uma planta adulta e estar pronta para reiniciar o ciclo.

E se é assim com as plantas, com os animais e com nossa própria vida não é diferente no âmbito de uma empresa. Em 48 anos de existência, a Unimed São José dos Campos evoluiu e tornou-se hoje um ser “vivo”, dinâmico, maduro.

Ao longo do caminho enfrentou tempestades, mas soube manter-se ativa, sempre respeitando os princípios que regem a natureza ética do mundo corporativo. Nossas árvores cresceram. Hoje estão frondosas. Geram boas sementes e bons frutos que estão representados nos nossos cooperados, nos nossos colaboradores e nos nossos clientes.

Mas ainda podemos crescer mais. Em situação favorável, nunca descuidando do nosso solo, somos capazes de eternizar nossos frutos. De geração em geração, sempre contribuindo por uma sociedade melhor.

E acima de tudo, crescendo e evoluindo com saúde. Afinal é disso que tratamos. A saúde da nossa floresta é também a saúde de todos aqueles que nos habitam. Seja hoje, seja amanhã.

Afinal já sabemos que há tempo para tudo. E agora é tempo de colher o que se plantou.

04

**BALANÇO
PATRIMONIAL
ATIVO**

05

**BALANÇO
PATRIMONIAL
PASSIVO**

06

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO**

07

**DEMONSTRAÇÃO
DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

08

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS DE
CAIXA

09

NOTAS
EXPLICATIVAS

39

RELATÓRIO
DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

43

PARECER
DO CONSELHO
FISCAL

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO		2018	2017	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	N.E.	147.804.211	124.310.839	142.039.374	121.383.617
Disponível	5	5.910.788	3.383.272	6.060.155	3.642.950
<u>Realizável</u>		<u>141.893.423</u>	<u>120.927.566</u>	<u>135.979.219</u>	<u>117.740.666</u>
Aplicações Financeiras	6	81.350.592	75.510.847	81.350.592	75.510.847
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		41.029.401	35.127.422	41.029.401	35.127.422
Aplicações Livres		40.321.191	40.383.425	40.321.191	40.383.425
<u>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</u>	<u>7</u>	<u>34.089.088</u>	<u>16.838.510</u>	<u>34.030.266</u>	<u>16.798.076</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber		20.393.176	14.932.112	20.334.354	14.891.678
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		12.411.981	49.037	12.411.981	49.037
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.283.931	1.857.361	1.283.931	1.857.361
Créditos de Oper.Assist. à Saúde Não Relac. c/Pl. Saúde da OPS	8	8.717.620	15.625.411	8.717.620	15.625.411
Créditos Tributários e Previdenciários	9	1.935.604	1.092.145	3.705.305	2.525.431
Bens e Títulos a Receber	10	14.685.041	9.866.291	6.963.211	5.194.354
Despesas Antecipadas		1.115.478	700.446	1.212.225	792.632
Conta-Corrente com Cooperados		-	1.293.916	-	1.293.916
ATIVO NÃO CIRCULANTE		58.841.728	48.758.784	59.989.243	49.110.485
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>4.775.947</u>	<u>3.149.262</u>	<u>4.813.416</u>	<u>3.159.977</u>
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	4.428.613	2.804.424	4.466.082	2.815.139
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		111.230	-	111.230	-
Conta-Corrente com Cooperados		236.104	344.838	236.104	344.838
<u>Investimentos</u>	<u>12</u>	<u>5.950.987</u>	<u>3.705.464</u>	<u>5.950.987</u>	<u>3.705.464</u>
<u>Outros Investimentos</u>		<u>5.950.987</u>	<u>3.705.464</u>	<u>5.950.987</u>	<u>3.705.464</u>
<u>Imobilizado</u>	<u>13</u>	<u>44.637.538</u>	<u>37.857.771</u>	<u>45.727.051</u>	<u>38.166.069</u>
<u>Imóveis de Uso Próprio</u>		<u>3.218.118</u>	<u>3.404.343</u>	<u>3.218.118</u>	<u>3.404.343</u>
Imóveis – Hospitalares		2.954.333	3.051.520	2.954.333	3.051.520
Imóveis – Não Hospitalares		263.785	352.823	263.785	352.823
<u>Imobilizado de Uso Próprio</u>		<u>13.440.502</u>	<u>13.779.145</u>	<u>13.756.811</u>	<u>14.063.385</u>
Hospitalares		10.878.506	11.699.081	10.878.506	11.699.081
Não Hospitalares		2.561.996	2.080.064	2.878.304	2.364.304
Imobilizações em Curso		9.120.005	129.250	9.120.005	129.250
<u>Outras Imobilizações</u>		<u>18.858.913</u>	<u>20.545.033</u>	<u>19.632.118</u>	<u>20.569.090</u>
<u>Hospitalares</u>		<u>18.646.861</u>	<u>20.383.335</u>	<u>19.420.066</u>	<u>20.407.392</u>
Não Hospitalares		212.052	161.698	212.052	161.698
<u>Intangível</u>	<u>14</u>	<u>3.477.256</u>	<u>4.046.287</u>	<u>3.497.788</u>	<u>4.078.975</u>
TOTAL DO ATIVO		206.645.939	173.069.623	202.028.617	170.494.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO		2018	2017	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	N.E.	106.746.390	92.473.274	101.921.837	89.897.752
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	57.909.595	40.907.555	57.909.595	40.907.555
Provisões de Contraprestações		7.079.688	6.147.274	7.079.688	6.147.274
Provisão para Contraprestação Não Ganha – PCNG		6.938.210	5.969.690	6.938.210	5.969.690
Provisão para Remissão		141.478	177.584	141.478	177.584
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		7.606.045	8.245.470	7.606.045	8.245.470
Provisão de Eventos a Liq. p/ Outros Prest.Serviços Assistenciais		26.508.331	12.567.982	26.508.331	12.567.982
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		16.715.531	13.946.828	16.715.531	13.946.828
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	16	1.244.240	40.478	1.244.240	40.478
Receita Antecipada de Contraprestações		17.886	40.478	17.886	40.478
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		1.226.354	-	1.226.354	-
Débitos c/ Op. de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde OPS	17	3.003.966	10.971.316	3.003.966	10.971.316
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	11.899.590	11.647.131	12.146.456	11.957.475
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	459.174	2.941.476	459.174	2.941.476
Débitos Diversos	20	32.229.825	25.965.318	27.158.406	23.079.452
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.282.686	18.048.304	19.489.917	18.048.304
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	1.644.006	1.013.350	1.644.006	1.013.350
Provisão para Remissão		168.149	263.880	168.149	263.880
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		1.475.857	749.470	1.475.857	749.470
Provisões		9.812.702	7.075.385	10.019.933	7.075.385
Provisões para Ações Judiciais	21	9.812.702	7.075.385	10.019.933	7.075.385
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	7.197.772	8.926.415	7.197.772	8.926.415
Parcelamento de Tributos e Contribuições		7.021.949	8.639.859	7.021.949	8.639.859
Tributos e Contribuições Relac. a IN 20 (Cooperativas) – Parcelados		175.822	286.556	175.822	286.556
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	628.206	537.900	628.206	537.900
Débitos Diversos		-	495.254	-	495.254
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.616.863	62.548.046	80.616.863	62.548.046
Capital Social	22a	47.504.982	35.976.026	47.504.982	35.976.026
Reservas	22b	23.701.860	17.264.287	23.701.860	17.264.287
Reservas de Reavaliação		1.273.784	1.321.754	1.273.784	1.321.754
Reservas de Lucros e Sobras		22.428.076	15.942.533	22.428.076	15.942.533
Resultado					
Sobras Apuradas	34	9.410.021	9.307.733	9.410.021	9.307.733
TOTAL DO PASSIVO		206.645.939	173.069.623	202.028.617	170.494.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	N.E.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2 0 1 8	2 0 1 7 Readequado	2 0 1 8	2 0 1 7 Readequado
Contraprestações Efetivas Ganhos de Plano de Assist. à Saúde		444.968.020	333.924.589	445.407.923	334.078.164
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		455.203.650	342.835.955	455.643.554	342.989.530
Contraprestações Líquidas		455.071.814	342.801.168	455.511.718	342.954.743
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		131.836	34.787	131.836	34.787
(-) Tributos Diretos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde da OPS		(10.235.631)	(8.911.366)	(10.235.631)	(8.911.366)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(362.664.087)	(273.566.737)	(364.197.383)	(275.436.736)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(359.895.384)	(275.452.227)	(361.428.680)	(277.322.226)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(2.768.703)	1.885.490	(2.768.703)	1.885.490
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE		82.303.933	60.357.852	81.210.540	58.641.428
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		153.071	141.167	153.071	141.167
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da OPS		20.784.359	40.236.447	21.045.645	40.505.567
Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar		13.669.311	15.991.425	13.914.623	16.260.544
Receitas c/ Adm. de Intercâmbio Eventual Assist. Médico Hospitalar		6.460.161	22.295.832	6.460.161	22.295.832
Outras Receitas Operacionais		654.888	1.949.191	670.861	1.949.191
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(2.694.957)	(2.540.958)	(3.623.447)	(3.375.118)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(9.865.441)	(9.224.377)	(9.865.441)	(9.224.377)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(1.024.423)	(1.510.993)	(1.024.423)	(1.510.993)
Programas de Promoção da Saúde e Prev. de Riscos e Doenças		(7.353.257)	(4.655.298)	(7.353.257)	(4.655.298)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.487.761)	(3.058.086)	(1.487.761)	(3.058.086)
Outras Desp. Op. de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos Saúde da OPS		(12.358.101)	(15.351.611)	(12.899.861)	(16.191.756)
RESULTADO BRUTO		78.322.864	73.618.520	76.020.507	70.496.911
Despesas de Comercialização		(2.444.530)	(2.409.374)	(2.444.530)	(2.409.374)
Despesas Administrativas		(57.114.756)	(52.164.042)	(57.115.256)	(52.164.042)
Resultado Financeiro Líquido		3.580.093	2.657.341	3.553.778	2.586.873
Receitas Financeiras		5.886.567	6.254.589	5.894.643	6.255.021
Despesas Financeiras		(2.306.474)	(3.597.247)	(2.340.865)	(3.668.147)
Resultado Patrimonial		(2.289.320)	(3.068.830)	39.852	123.246
Receitas Patrimoniais		244.390	126.305	244.390	126.305
Despesas Patrimoniais		(2.533.709)	(3.195.135)	(204.537)	(3.059)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		20.054.351	18.633.614	20.054.351	18.633.614
Imposto de Renda		(827.376)	(432.990)	(827.376)	(432.990)
Contribuição Social		(306.496)	(161.636)	(306.496)	(161.636)
RESULTADO LÍQUIDO	23	18.920.479	18.038.988	18.920.479	18.038.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESULTADO DO EXERCÍCIO - ATOS COOPERATIVO	RESULTADO DO EXERCÍCIO - NÃO ATOS COOPERATIVOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	26.995.730	9.377.873	1.369.724	7.282.662	-	45.025.988
• Destinação das Sobras						
Fundo de Constituição da Margem de Solvência	-	7.282.662	-	(7.282.662)	-	-
• Aumento de Capital						
Capitalização Sobras Líquidas 2016 em Dez./17 (Pós TAOEF)	7.282.662	(7.282.662)	-	-	-	-
Integralização de Capital com entrada de novos cooperados	675.970	-	-	-	-	675.970
• Devolução de Capital	(1.014.714)	-	-	-	-	(1.014.714)
• Reversões de Reservas						
Utilização do Fates	-	(130.216)	-	-	-	(130.216)
• Reserva de Reavaliação:						
Realização	-	-	(47.970)	-	-	(47.970)
• Sobra Líquida do Exercício	-	-	-	18.632.029	(593.040)	18.038.988
Resultado Negativo do Ato Não Cooperativo absorvido p/ Sobras	-	-	-	(593.040)	593.040	-
• Proposta da destinação das Sobras						
Reserva Legal 10%	-	1.803.899	-	(1.803.899)	-	-
Reservas Estatutárias FATES 5%	-	901.949	-	(901.949)	-	-
Juros sobre Capital Próprio	2.036.379	-	-	(2.036.379)	-	-
Fundo de Desenvolvimento - 30%	-	3.989.028	-	(3.989.028)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	35.976.026	15.942.533	1.321.754	9.307.733	-	62.548.046
• Aumento de Capital						
Capitalização das Sobras Líquidas de 2017	9.307.733	-	-	(9.307.733)	-	-
Capital a Integralizar	(825.456)	-	-	-	-	(825.456)
Integralização de Capital com entrada de novos cooperados	773.566	-	-	-	-	773.566
• Devolução de Capital	(366.406)	-	-	-	-	(366.406)
• Reversões de Reservas						
Utilização do Fates	-	(385.396)	-	-	-	(385.396)
• Reserva de Reavaliação:						
Realização	-	-	(47.970)	-	-	(47.970)
• Sobra Líquida do Exercício	-	-	-	20.071.673	(1.151.194)	18.920.479
Resultado Negativo do Ato Não Cooperativo absorvido p/ Sobras	-	-	-	(1.151.194)	1.151.194	-
• Proposta da destinação das Sobras						
Reserva Legal 10%	-	1.892.048	-	(1.892.048)	-	-
Reservas Estatutárias FATES 5%	-	946.024	-	(946.024)	-	-
Juros sobre Capital Próprio Nota 24	2.639.519	-	-	(2.639.519)	-	-
Fundo de Desenvolvimento - 30%	-	4.032.866	-	(4.032.866)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	47.504.982	22.428.076	1.273.784	9.410.021	-	80.616.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017	2018	2017
(+) Recebimento de Planos Saúde	522.724.042	360.115.026	524.239.703	360.702.447
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	146.162.827	1.870.079	146.162.827	1.870.079
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.554.757	5.198.602	1.554.757	5.198.602
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.408.176	135.774.313	2.408.248	136.516.186
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	286.467.615	262.940.204	274.238.843	258.008.352
(-) Pagamento de Comissões	1.536.226	1.469.911	1.536.570	1.469.911
(-) Pagamento de Pessoal	75.810.691	52.076.125	80.820.610	54.856.555
(-) Pagamento de Pró-Labore	1.499.030	3.506.395	1.516.857	3.506.395
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	41.028.451	52.329.443	43.016.328	52.329.443
(-) Pagamento de Tributos	29.125.571	12.342.084	29.271.984	14.484.110
(-) Pagamento de Processos Judiciais(Cíveis/Trabalhistas/Tributários)	7.134.471	3.387.237	7.157.341	3.387.237
(-) Pagamento de Aluguel	7.642.757	3.290.972	8.169.762	3.456.214
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	1.796.965	426.013	1.796.965	426.013
(-) Aplicações Financeiras	149.693.469	29.882.144	149.693.469	29.882.144
(-) Outros Pagamentos Operacionais	57.626.259	67.579.544	63.772.321	67.599.543
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.488.297	13.727.946	13.374.484	14.881.398
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	782.458	1.529.868	782.458	1.529.868
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	5.642.185	-	5.642.185	-
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	14.417	-	14.417	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	2.188.684	-	2.188.684	-
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	118.116	-	118.116	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.745.861)	(1.529.868)	(8.745.861)	(1.529.868)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	319.098	759.297	319.098	759.297
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	287.012	605.000	287.012	605.000
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	2.247.006	8.365.819	2.247.006	9.299.256
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	-	982.675	4.666	982.675
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.214.920)	(9.194.197)	(2.219.587)	(10.127.634)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	2.527.515	3.003.881	2.409.037	3.223.896
CAIXA – Saldo Inicial	3.383.272	379.391	3.642.950	419.055
CAIXA – Saldo Final	5.910.788	3.383.272	6.051.987	3.642.950
Ativos Livres no Início do Período (*)	43.766.697	9.429.638	44.026.375	9.469.301
Ativos Livres no Final do Período (*)	46.231.978	43.766.697	46.373.177	44.026.375
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLIC. FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	2.465.281	34.337.059	2.346.802	34.557.074

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico é uma cooperativa de serviços médicos-hospitalares, constituída por médicos cooperados em 13.02.1971 e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalares individuais e coletivos. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país. A sociedade conta com 713 médicos cooperados, 144 serviços credenciados (hospitais, clínicas e laboratórios), SOS Unimed e serviços próprios composto por três prontos atendimentos, uma clínica de fisioterapia, um laboratório (2 usinas e 5 postos de coletas), um núcleo de atenção integral a saúde, três centros de especialidades médicas, dois hospitais dia e um hospital de alta e média complexidade. A Cooperativa participa da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Jacareí, Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela, Paraibuna, Santa Branca, Guararema, Salesópolis, Igaratá, Monteiro Lobato, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal e São José dos Campos, onde está localizada sua sede administrativa.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Pré-Estabelecido e Pós-estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados, rede própria, rede credenciada e intercâmbio. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob nº 33.187-2.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Plano de Contas Padrão estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS através da Resolução Normativa – RN/ANS nº 418 de 26 de dezembro de 2016, consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, da Lei Cooperativista nº 5.764/71 e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (NBC T 10.21), obedecendo ainda parcialmente, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017. Conforme detalhado na nota explicativa nº 25 – “Compartilhamento da Gestão de Riscos entre Operadoras de Planos de Assistência à Saúde”, em razão das alterações nos registros contábeis por conta da adoção dos procedimentos de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde a partir de janeiro/2018, estabelecidos pela Resolução Normativa – RN/ANS nº 430 de 07/12/2017, a comparabilidade em relação ao exercício de 2017 encontra-se prejudicada no que tange as contas descritas na mencionada nota.

As informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico estão sendo apresentadas através de demonstração que indica os fluxos de caixa no período decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conforme estrutura padrão definida no anexo da RN nº 418/16 da ANS, consoante aos dispositivos estabelecidos no CPC 03 (R2) e NBC TG 03(R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovada pela Resolução CFC 1296/10.

3.1) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 30/01/2019.

3.2) BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas com base em informações contábeis encerradas na data-base de (31/12/2018) da Cooperativa e sua empresa controlada Unimed Serviços de Diagnósticos Ltda., da qual a Cooperativa possui 99,92% de participação, sendo que foram adotados procedimentos em comuns de elaboração e práticas contábeis adotadas pela controladora e em conformidade com os procedimentos e orientações estabelecidos na NBC TG 36 (R3), aprovadas pela Resolução

CFC nº 1426/2013, quando aplicáveis em consonância as normas estabelecidas no anexo da Resolução Normativa RN-ANS nº 418/16.

Na consolidação das demonstrações contábeis, foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e resultado da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre as empresas.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das ingressos/receitas, custos e dispêndios/despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, considerando também que as mensalidades dos planos foram reconhecidas na forma de pró-rata dia.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data de contratação registradas no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante.

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2018, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

d) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa

NOTAS EXPLICATIVAS

conforme parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (Resolução Normativa RN-ANS nº 418 de 26/12/2016 – Normas Gerais – Anexo I item 10.2.3), que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

e) Conta Corrente com Cooperados

Conta Corrente com cooperados: Os valores de curto prazo referem-se a créditos com cooperados dos adiantamentos feitos pela cooperativa e que serão descontados de suas produções mensais futuras.

Os créditos registrados com cooperados no longo prazo estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

f) Despesas Antecipadas

Os dispêndios/despesas antecipados foram registrados no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente pelo regime de competência.

g) Investimentos

Os investimentos em participações de outras entidades são registrados ao custo de aquisição, exceto o investimento relevante no laboratório Unimed Serviços de Diagnóstico Ltda, ao qual é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

h) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens (com exceção dos terrenos que não sofrem depreciação), consoante ao pronunciamento CPC nº 17 e NBC TG 27 (R3) – Imobilizado, aprovada pela Resolução CFC nº 1177/09, cuja composição está detalhada em nota explicativa específica do Imobilizado (nota nº 13).

i) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas em nota explicativa.

j) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos, os quais são amortizados utilizando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens, de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e NBC TG 04 (03) aprovada pela Resolução CFC nº 1303/10.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Cooperativa/Operadora e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

k) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 da ANS e suas alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pelas Resoluções Normativas – RN's nºs. 390/2015 e 393/2015 da ANS.

l) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS

1- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

2 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivados com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

3 - Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante. Os recebíveis da Cooperativa compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos, ou contas a pagar, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

I – Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos.

n) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ativos e Passivos Contingentes

Apresentados de forma detalhada quanto à sua natureza, oportunidade e valores envolvidos, observados os procedimentos contidos no CPC nº 25 e NBCT TG 25 (R1) aprovada pela Resolução CFC nº 1180/09:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

p) Apuração de Resultado e Reconhecimento de Ingresso/ Receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

São classificadas como “Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde”, o resultado líquido dos ingressos (receitas), acrescidas das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas em consonância as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimeds) são reconhecidas no momento em que avisadas pelas prestadoras e validadas pela Cooperativa.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas observando-se o regime de competência dos exercícios.

Atos Cooperativos e Não Cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Cooperativos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed São José dos Campos e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Considerando as premissas estabelecidas no CPC nº 12 e NBC TG 12 – Resolução CFC nº 1151/09, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

r) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são

NOTAS EXPLICATIVAS

apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados. prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

s) Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e prestação de serviços de operadora de plano de saúde e assistência médico e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

t) Normas Internacionais de Contabilidade

A Cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros e da ICPC-10 do Imobilizado, as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis as demonstrações contábeis da Cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa – RN ANS nº 418/96, a qual estabelece que em alguns casos não se aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando-se regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5) DISPONÍVEL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	4.100	7.100	12.768	21.867
Bancos conta movimento	5.906.688	3.376.172	6.047.387	3.621.084
TOTAIS	5.910.788	3.383.272	6.060.155	3.642.950

NOTAS EXPLICATIVAS

6) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segregadas entre Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (representadas por quotas em Fundos de Investimentos dedicados ao setor de saúde suplementar em instituições financeiras administradoras conveniadas pela ANS) e Aplicações Livres (representadas basicamente por quotas em Fundos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários), consoante às premissas previstas na RN-ANS nº 419/2016, mantidas junto às principais instituições financeiras do mercado, conforme descrito a seguir:

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE / TAXA DE RENDIMENTO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2018	2017
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			
Em Títulos de Renda Fixa – Privados			
Banco Bradesco S.A	Fundo FI ANS/BR => 5,98%% a.a	5.853.218	5.570.908
Banco Safra S.A.	Fundo FI ANS/BR => 6% a.a	19.360.196	14.510.411
Banco Itaú S.A	Fundo UBB FI – Saúde => 6,03% a.a	10.916.171	10.385.933
Banco Santander S.A	Fundo FI ANS/BR => 6,3% a.a	3.235.050	3.076.290
Banco do Brasil S.A	Fundo RF LP DEDIC ANS => 6,0296% a.a	1.664.766	1.583.880
Subtotal => Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		41.029.401	35.127.422
Aplicações Livres			
Em Títulos de Renda Fixa – Privados			
Banco Safra S.A.	TCM – Renda Fixa => 12,19% a.a	27.142.925	18.240.716
Banco Sicoob	RDC – Longo Pós CDI => 12,60% a.a	4.638.505	2.852.670
Banco Santander S.A	CDB – DI => 11,83 % a.a	2.506.319	9.130.250
Banco do Brasil S.A	BB Saúde Rec Livres => 6,1186% a.a	3.817.424	3.629.619
Banco Bradesco S.A	FICFI RF Refer. DI TOP => 6,25%% a.a	1.569.693	1.533.687
Banco Itaú S.A	CDB Plus	-	1.022.279
Em Títulos de Renda Variável			
Banco Safra S.A.	DBC – Deb Comprom / Box Opções	646.325	3.974.204
Subtotal das Aplicações Livres		40.321.191	40.383.425
T O T A I S		81.350.592	75.510.847

NOTAS EXPLICATIVAS

7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência a Saúde” estão assim representados:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber	25.880.806	18.912.534	25.821.984	18.872.100
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(5.487.630)	(3.980.422)	(5.487.630)	(3.980.422)
Subtotal de Contraprestações Pecuniárias a Receber (a)	20.393.176	14.932.112	20.334.354	14.891.678
Contraprest. Corresponsabilidade Assumida	37.915	49.037	37.915	49.037
Contraprest. Corresponsabilidade – RN 430/17 (b)	12.374.066	–	12.374.066	–
Subtotal de Operadoras de Planos de Saúde	12.411.981	49.037	12.411.981	49.037
Participação dos beneficiários em eventos indenizados	1.457.291	1.963.837	1.457.291	1.963.837
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(173.360)	(106.476)	(173.360)	(106.476)
Subtotal Outros Créd. de Op. c/ Planos Assist. à Saúde (c)	1.283.931	1.857.361	1.283.931	1.857.361
T O T A I S	34.089.088	16.838.510	34.030.266	16.798.076

(a) O saldo da conta “Contraprestações Pecuniárias a Receber” refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos.

(b) Saldo em 31/12/2018 correspondente a créditos a receber decorrentes de transações de compartilhamento de riscos com operadoras, conforme regras estabelecidas pela RN-ANS nº 430/2017 com aplicação a partir de janeiro/2018, cujas operações até o exercício de 2017 estavam sendo registradas como Créditos de Operações de Assist. Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora;

(c) O saldo da conta “Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados” refere-se a valores Coparticipação cobrado de clientes e outros créditos de Operações com Planos de Assist. À Saúde;

NOTAS EXPLICATIVAS

8) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

A composição dos “Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Contas a Receber	-	311
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(311)
Intercâmbio a Receber – Atendimento Eventual (a)	9.094.920	12.815.307
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.466.406)	(7.635.813)
Outros Créditos Oper. de Prest. de Ser. Médico-Hospitalar (b)	10.418.339	15.750.491
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.329.233)	(5.304.575)
TOTAIS	8.717.620	15.625.411

(a) O saldo da conta “Intercâmbio a Receber – Atendimento Eventual” refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras (Intercâmbio a receber), referente a prestação de serviços à saúde.

(b) O saldo da conta “Outros Créditos Operacionais de Prest. de Serv. Médico-Hospitalar” refere-se a Intercâmbio a Faturar, Intercâmbio Alta Administrativa a Faturar e Glosas de Intercâmbio em Análise.

Obs.: As reduções nos saldos das contas acima indicadas, são decorrentes dos efeitos descritos na nota 7-b.

9) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda (a)	1.812.464	1.076.626	2.845.180	1.908.600
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	15.397	15.397	707.813	580.606
Crédito de Previdência Social	29.114	-	29.114	-
Crédito de PIS/COFINS	78.629	122	123.198	36.225
Imposto sobre Serviços – ISS	-	-	-	-
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	-	-	-	-
TOTAIS	1.935.604	1.092.145	3.705.305	2.525.431

NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Valores de retenção na fonte do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicação financeira e da Lei 8.541/1992, que deverão ser utilizados para compensar o IRPJ devido a cada período, conforme parâmetros da legislação em vigor;

(b) Valores de retenção na fonte do CSLL sobre as faturas de contratantes órgãos públicos federais, autarquias e órgãos governamentais, não se aplicando aos demais contratantes PJ, e que deverão ser utilizados para compensar o IRPJ devido a cada período.

10) BENS E TÍTULOS A RECEBER

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Estoque (a)	4.906.166	3.727.126	5.526.785	4.327.376
Notas Promissórias (b)	622.311	365.584	622.311	365.584
Cheques e Ordens a receber	-	17.630	-	17.630
Adiantamentos a Funcionários (c)	355.232	102.823	377.251	118.819
Adiantamentos Diversos (d)	8.283.245	5.323.703	171.712	96.707
Outros Créditos ou Bens a Receber (d)	518.086	329.426	265.152	268.238
T O T A I S	14.685.041	9.866.291	6.963.211	5.194.354

(a) Estoques valorizados pelo custo médio de aquisição, compostos por:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Item: Medicamentos e Mat. Hospitalares				
P.A. São José dos Campos	263.252	265.507	263.252	265.507
Hospital Santos Dumont	4.264.455	3.197.166	4.264.455	3.197.166
P.A. Litoral Norte	178.509	70.586	178.509	70.586
P.A. Jacareí	64.227	18.930	64.227	18.930
(-) Devolução Mat/Medicamentos	5.788	-	5.788	-
Outras Unidades	-	-	620.620	600.251
Item: Materiais Escritório e Manutenção				
Almoxarifado	129.935	174.938	129.935	174.938
T O T A I S	4.906.166	3.727.126	5.526.785	4.327.376

NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) Notas Promissórias a receber, são basicamente acordo com clientes;
- (c) Adiantamentos a funcionários são adiantamentos de férias e adiantamentos diversos;
- (d) Refere-se à antecipação do pagamento da prestação pelos serviços de prestadores como clínicas, hospitais e laboratórios, que será descontado da prestação do serviço a pagar.

11) ATIVO NÃO CIRCULANTE – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos Judiciais e Fiscais – Tributos (a)	1.860.574	495.254	1.860.574	495.254
Depósitos Judiciais – Cíveis (b)	1.003.575	1.960.265	1.003.575	1.960.265
Depósito Judiciais – Trabalhistas (b)	1.564.464	348.904	1.601.933	359.619
TOTAIS	4.428.613	2.804.424	4.466.082	2.815.139

(a) Depósitos realizados a partir do exercício de 2016, destinados a fazer face a contestação da Taxa de Saúde Suplementar, mantidos em conta vinculada ao Mandado de Segurança imposto pela Unimed São José dos Campos, sobre o qual houve decisão favorável à Operadora no julgamento ao seu recurso de apelação pelo TRF 2ª Região, sendo reconhecida a ilegalidade da taxa, porém o processo ainda não foi transitado em julgado. O referido valor encontra-se correspondido por provisão mantida no Passivo Não Circulante (nota nº 21), cujos registros permanecerão vinculados até decisão final do judiciário.

(b) Destinados à cobertura em processos judiciais movidos principalmente por beneficiários em relação ao atendimento assistencial e dos funcionários em relação aos processos trabalhistas.

NOTAS EXPLICATIVAS

12) INVESTIMENTOS

As participações societárias (controladora e consolidado), apresentaram as seguintes movimentações:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Participações Soc. em Rede Assist. Não Hospitalar					
Unimed Serviços de Diagnósticos Ltda. (a)	1	-	-	-	1
Participações Soc. em Instituições Reguladas (b)	3.568.242	2.299.013	-	-	5.867.256
Unimed – Intrafederativa do Vale Paraíba	101.277	6.077	-	-	107.354
SICOOB Vale do Paraíba	112.261	4.092	-	-	116.355
Central Nacional Unimed	981.966	100.160	-	-	1.082.126
FESP Unimed Est. S. Paulo Fed. C. Médicas	2.372.738	2.188.684	-	-	4.561.422
Participações Soc. em Instituições Não Reguladas (b)	137.220	16.424	69.914	-	83.730
Unimed Participações Ltda.	135.780	16.424	69.914	-	82.290
Hospital Central	1.440	-	-	-	1.440
Aliança – Cooperativa Nacional Unimeds	1.433	-	-	-	1.433
(-) Provisão para Desvalorização	(1.433)	-	-	-	(1.433)
TOTAIS	3.705.464	2.315.437	69.914	-	5.950.987

(a) Investimento avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. A Cooperativa tem participação de 99,92% na Unimed Serviços de Diagnóstico Ltda, a qual é avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial;

(b) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

13) IMOBILIZADO

Os saldos e as movimentações das contas do imobilizado (detalhados entre Controladora e Consolidado) durante o exercício de 2018 estão assim representados:

NOTAS EXPLICATIVAS

13.1) CONTROLADORA:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	TRANS- FERÊNCIAS	Saldo em 31/12/2018
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares	5.237.770	-	-	10.300	5.248.070
(-) Deprec. Acumulada Imóveis	(2.186.250)	(106.651)	-	(836)	(2.293.737)
Vr Líquido – Imóveis – Hospitalares	3.051.520	(106.651)		9.464	2.954.333
Imóveis Uso Próprio–Não Hospitalares	528.028	-	(69.018)	(10.300)	448.709
(-) Deprec. Acumulada Imóveis	(175.205)	(10.556)	-	836	(184.925)
Vr. Líq. Imóveis – Não Hospitalares	352.823	(10.556)	(69.018)	(9.464)	263.785
Bens Móveis – Hospitalares – Custo	26.196.770	1.322.840	(877.251)	684.603	27.326.962
Instalações	2.373.047	83.496	(26.351)	32.587	2.462.778
Máquinas e Equipamentos	19.570.321	1.140.223	(631.165)	318.654	20.398.033
Equipamentos de Informática	458.125	66.932	-	105.348	630.405
Móveis e Utensílios	3.795.277	32.188	(219.734)	228.015	3.835.747
(-) Deprec. Acumulada Móveis	(14.497.689)	(2.467.707)	899.973	(383.033)	(16.448.456)
Vr. Líquido – Móveis – Hospitalares	11.699.081	(1.144.868)	22.723	301.570	10.878.506
Bens Móveis Não Hospitalares Custo	9.960.951	1.438.446	(2.903.625)	(272.260)	8.223.513
Instalações	1.709.830	19.622	(23.055)	(37.580)	1.668.817
Máquinas e Equipamentos	437.405	221.430	(133.778)	(265.171)	259.886
Equipamentos de Informática	6.851.441	1.194.418	(2.483.418)	239.900	5.802.341
Móveis e Utensílios	962.275	2.977	(263.374)	(209.410)	492.468
(-) Depreciação Acumulada	(7.880.887)	(609.097)	2.870.155	(41.685)	(5.661.515)
Vr. Líq. – Móveis – Não Hospitalares	2.080.064	829.349	(33.470)	(313.945)	2.561.997
Imobilizações em Curso – Custo	129.250	9.282.795	(2.413)	(289.626)	9.120.005
Outras Imobilizações	129.250	9.282.795	(2.413)	(289.626)	9.120.005
Outras Imobiliz. – Hospitalares–Custo	31.569.873	39.195	(99.080)	122.982	31.632.970
Benfeitorias Propriedade – Terceiros	27.813.348	39.195	(99.080)	122.982	27.876.445
Outras Imobilizações	3.756.525	-	-	-	3.756.525
(-) Amortização Acumulada	(11.186.538)	(1.801.210)	3.270	(1.632)	(12.986.109)
Vr. Líquido Outras Imob. Hospitalares	20.383.335	(1.762.015)	(95.810)	121.350	18.646.860
Outras Imobiliz. Não Hospitalares	2.071.179	53.393	(1.260)	179.028	2.302.331
Benfeitorias Propriedade – Terceiros	1.380.105	53.383	(1.260)	179.029	1.611.257
Outras Imobilizações	691.074	-	-	-	691.074
(-) Amortização Acumulada	(1.909.481)	(183.691)	1.260	1.632	(2.090.280)
Vr. Líq. Outras Imob. Não Hospitalares	161.698	(130.298)	-	180.651	212.052
IMOBILIZADO LÍQUIDO	37.857.771	6.957.756	(177.988)	-	44.637.537

NOTAS EXPLICATIVAS

13.2) CONSOLIDADO:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	TRANS- FERÊNCIAS	Saldo em 31/12/2018
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares	5.237.770	-	-	10.300	5.248.070
(-) Deprec. Acumulada Imóveis	(2.186.250)	(106.651)	-	(836)	(2.293.737)
Vr Líquido – Imóveis – Hospitalares	3.051.520	(106.651)		9.464	2.954.333
Imóveis Uso Próprio–Não Hospitalares	528.028	-	(69.018)	(10.300)	448.709
(-) Deprec. Acumulada Imóveis	(175.205)	(10.556)	-	836	(184.925)
Vr. Líq. Imóveis – Não Hospitalares	352.823	(10.556)	(69.018)	(9.464)	263.785
Bens Móveis – Hospitalares – Custo	26.196.770	1.322.840	(877.251)	684.603	27.326.962
Instalações	2.373.047	83.496	(26.351)	32.587	2.462.778
Máquinas e Equipamentos	19.570.321	1.140.223	(631.165)	318.654	20.398.033
Equipamentos de Informática	458.125	66.932	-	105.348	630.405
Móveis e Utensílios	3.795.277	32.188	(219.734)	228.015	3.835.747
(-) Deprec. Acumulada Móveis	(14.497.689)	(2.467.707)	899.973	(383.033)	(16.448.456)
Vr. Líquido – Móveis – Hospitalares	11.699.081	(1.144.868)	22.723	301.571	10.878.507
Bens Móveis Não Hospitalares Custo	11.214.677	546.963	(2.904.775)	(209.381)	8.647.484
Instalações	1.957.981	29.236	(23.055)	(37.580)	1.926.582
Máquinas e Equipamentos	809.765	221.430	(134.927)	(205.371)	690.896
Equipamentos de Informática	7.018.875	1.232.209	(2.483.418)	242.979	6.010.646
Móveis e Utensílios	1.428.056	6.407	(263.374)	(209.410)	961.679
(-) Depreciação Acumulada	(8.850.145)	(690.710)	(2.871.304)	(41.685)	(6.711.235)
Vr. Líq. – Móveis – Não Hospitalares	2.364.531	798.573	(33.470)	(251.067)	2.878.567
Imobilizações em Curso	138.000	10.099.031	(2.413)	(875.329)	9.359.289
Outras Imobilizações	138.000	10.099.031	(2.413)	(875.329)	9.359.289
Outras Imobilizações Hospitalares	31.569.873	39.195	(99.080)	(122.982)	31.387.006
Benfeitorias Propriedade – Terceiros	27.813.348	39.195	(99.080)	122.982	27.876.445
Outras Imobilizações	3.756.525	-	-	-	3.756.525
(-) Amortização Acumulada	(11.186.538)	(1.801.210)	3.270	(1.632)	(12.986.109)
Vr. Líq. Outras Imobilizações Hosp.	20.383.335	(1.762.015)	(95.810)	121.350	18.646.860
Outras Imobiliz. Não Hospitalares	2.171.465	53.393	(1.260)	701.843	2.925.441
Benfeitorias Propriedade – Terceiros	1.480.391	53.383	(1.260)	701.843	2.234.357
Outras Imobilizações	691.074	-	-	-	691.074
(-) Amortização Acumulada	(1.994.441)	(187.299)	1.260	1.632	(2.178.848)
Vr. Líquido Outras Imob. Não Hosp.	177.024	(133.916)	-	703.475	746.583
IMOBILIZADO LÍQUIDO	38.166.314	7.739.598	(177.988)	-	45.727.924

NOTAS EXPLICATIVAS

14) INTANGÍVEL

Os saldos e as movimentações das contas do ativo intangível em 2018 estão assim representados:

DESCRIÇÃO CONTROLADORA	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	TRANSFERÊNCIA	Saldo em 31/12/2018
Intangíveis – Não Hospitalares					
Software e Aplicativos	11.208.036	1.038.456	(2.599.804)	-	9.646.688
(-) Amortização Acumulada	(7.161.749)	(1.607.487)	2.599.804	-	(6.169.432)
TOTAIS	4.046.287	(569.031)	-	-	3.477.256

DESCRIÇÃO CONSOLIDADO	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	TRANSFERÊNCIA	Saldo em 31/12/2018
Intangíveis – Não Hospitalares					
Software e Aplicativos	11.293.296	1.038.456	(2.599.804)	-	9.731.948
(-) Amortização Acumulada	(7.214.295)	(1.619.652)	2.599.804	-	(6.234.143)
TOTAIS	4.079.001	(581.196)	-	-	3.497.805

15) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Provisão de Contraprestação Não Ganha (a)	6.938.210	5.969.690
Provisão para Remissão (b)	141.478	177.584
Provisão de Eventos a Liquidar p/ o SUS (c)	7.606.045	8.245.470
Provisão de Eventos a Liquidar p/ Outros Prestadores (d)	26.508.331	12.567.982
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (e)	16.715.531	13.946.828
Subtotal Provisões Técnicas – Passivo Circulante	57.909.595	40.907.555
Provisão para Remissão (b)	168.149	263.880
Provisão de Eventos a Liquidar p/ o SUS (c)	1.475.857	749.470
Subtotal Provisões Técnicas – Passivo Não Circulante	1.644.006	1.013.350
TOTAIS	59.553.601	41.920.904

a) Provisão de Contraprestação Não Ganha

Corresponde a parcela das contraprestações emitidas em Dezembro/2018, cujo período de cobertura (vigência de risco) refere-se à Janeiro/2019.

b) Provisão de Remissão

Provisão constituída atuarialmente sobre contratos com cláusula de remissão, com vistas a garantia de cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde.

NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

c) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Provisão destinada à cobertura de eventos relacionados a Ressarcimento ao SUS, representados por Avisos de Beneficiários Identificados (ABI's) e Guias de Recolhimento à União (GRU's) emitidas contra a Operadora, registrados conforme disposições contidas na Instrução Normativa Conjunta – IN nº 5 de 30 de setembro de 2011 da DIOPE e DIDES da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

d) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão destinada a garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, registrados com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela Operadora e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação dos prestadores de serviços. Sua composição é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Prestadores – Médicos Cooperados	5.236.682	3.625.029
Prestadores – Hospitais	8.340.593	3.868.099
Prestadores – Clínicas	12.480.458	4.764.385
Prestadores – Laboratórios	153.867	86.329
Prestadores – Médicos Não Cooperados	45.590	30.333
Intercâmbio a pagar	230.193	191.176
Reembolso a Pagar	20.948	2.630
T O T A I S	26.508.331	12.567.982

Obs.: Por conta dos efeitos da adoção do compartilhamento da gestão de riscos entre operadoras de planos de assistência à saúde nos moldes da RN-ANS nº 430/2017 a partir de janeiro/2018, nos saldos apresentados em 31/12/2018 estão inclusos o total de R\$ 10.865.489, relativo a eventos a pagar a prestadores de serviços de assistência decorrentes de atendimentos em intercâmbio habitual (corresponsabilidade assumida – preço pós-estabelecido), modalidade esta antes reconhecida até 2017 em Débitos com Operações de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora (vide observação descrita na nota nº 17).

e) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Provisão técnica destinada para cobertura dos eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da Operadora na data do Balanço. Constituída de acordo com as disposições na RN nº 393/2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e calculado conforme metodologia própria em nota técnica atuarial aprovada conforme Ofício nº 3627/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS em 04/10/2013. Atuário responsável: Saulo Ribeiro Lacerda.

NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

16) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		
Intercâmbio a Pg de Corresponsab. Transferida – Pr. Preestabelecido	17.843	-
Intercâmbio a Pg de Corresponsab. Transferida – Pr. Pós-estabelecido (a)	1.208.511	-
TOTAIS	1.226.354	-

(a) Registro correspondente a valores a pagar decorrentes do compartilhamento da gestão de riscos entre operadoras de planos de assistência à saúde nos moldes da RN-ANS nº 430/2017 a partir de janeiro/2018, por conta da transferência de beneficiários da Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico, para outras operadoras Unimeds em preço pós-estabelecido, pelo atendimento em intercâmbio-habitual, anteriormente registrados (até o exercício de 2017) em conta de Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores Servs. Assist.

17) DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Referem-se a valores a pagar à rede de prestadores de serviços de assistência à saúde (médicos cooperados e rede credenciada), relativos a atendimentos prestados a clientes não relacionados com planos de saúde da própria operadora, Intercâmbio Eventual e Autogestão.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Prestadores – Médicos Cooperados	380.247	1.306.465
Prestadores – Hospitais	1.122.077	4.278.720
Prestadores – Clínicas	1.483.020	5.319.380
Prestadores – Laboratórios	15.143	46.963
Prestadores – Médicos Não Cooperados	3.479	19.788
TOTAIS	3.003.966	10.971.316

NOTAS EXPLICATIVAS

Obs.: Conforme observação descrita na nota nº 15“d”, por conta dos efeitos da adoção do compartilhamento da gestão de riscos entre operadoras de planos de assistência à saúde nos moldes da RN-ANS nº 430/2017 a partir de janeiro/2018, os registros decorrentes de atendimentos a beneficiários em intercâmbio habitual antes registrados (até o exercício de 2017) na mencionada conta, passaram a ser registrados em conta de Provisão de Eventos a Liquidar p/Outros Prestadores Servs. Assist. em decorrência da corresponsabilidade pela gestão de riscos assumida em preço pós-estabelecido.

18) TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
TRIBUTOS E CONTRIB. RETENÇÕES DE IMPOSTOS – CIRCULANTE	8.828.802	8.952.983	9.075.668	9.263.328
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS	105.787	378.730	150.983	418.530
INSS, IRRF E FGTS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	2.391.983	2.849.560	2.548.604	3.059.860
IR RETIDO NA FONTE	3.654.442	3.197.710	3.660.068	3.204.159
INSS RETIDO DE TERCEIROS	621.079	642.375	627.281	648.062
COFINS E PIS / PASEP	1.960.587	1.828.717	1.992.065	1.874.555
OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	94.924	55.891	96.667	58.161
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – CIRCULANTE	3.070.788	2.694.148	3.070.788	2.694.147
PARCELAMENTO ISSQN	1.844.028	1.808.757	1.844.028	1.808.757
PARCELAMENTO COFINS	399.774	380.039	399.774	380.039
PARCELAMENTO PIS	86.617	82.342	86.617	82.342
PARCELAMENTO MULTAS PECUNIÁRIAS – ANS	137.200	60.425	137.200	60.425
PARCELAMENTO TSS – ANS	542.886	304.302	542.886	304.301
REFIS – PARCELAMENTO PIS/IRRF – RELAC. A IN-20 (A)	60.282	58.283	60.282	58.283
SUBTOTAL TRIBUTOS E ENC. SOCIAIS A RECOLHER – CIRCULANTE	11.899.590	11.647.131	11.146.457	11.957.475
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – NÃO CIRC.	7.197.772	8.926.415	7.197.772	8.926.415
PARCELAMENTO ISSQN	4.149.063	5.878.461	4.149.063	5.878.461
PARCELAMENTO COFINS	399.774	791.749	399.774	791.749
PARCELAMENTO PIS	86.617	171.545	86.617	171.545
PARCELAMENTO MULTAS PECUNIÁRIAS – ANS	344.295	659.637	344.295	659.637
PARCELAMENTO TSS – ANS	2.042.199	1.138.467	2.042.199	1.138.467
REFIS – PARCELAMENTO PIS/IRRF – RELAC. A IN-20 (a)	175.822	286.556	175.822	286.556
TOTAL DOS PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	19.097.362	20.573.546	19.344.229	20.883.890

NOTAS EXPLICATIVAS

a) A cooperativa aderiu REFIS (PIS e IRRF) com transferência para Conta Corrente com Cooperados (longo prazo), de acordo com as normativas contidas na IN 20/2008 da DIOPE/ANS, que estão sendo pagos adequadamente.

19) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Essa conta é composta por:

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	JUROS E ENCARGOS	PRAZO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL EM 2018	TOTAL EM 2017
Itaú	Cap. de Giro	07,19% a.a	2018	S/ Garantias	-	-	-	348.837
				Empréstimos	-	-	-	348.837
Bco. Santander	CDC	14,57% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	227.495
Bco. Santander	CDC	16,35% a.a	2017	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	18.792
Bco. Santander	CDC	17,04% a.a	2019	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	19.556
Bco. Santander	CDC	16,77% a.a	2019	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	1.143.706
Bco Itaú	Leasing	14,71% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	206.407
Bco Itaú	Leasing	15,80% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	352.428
Bco Itaú	Leasing	16,63% a.a	2019	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	139.711
Bco Itaú	Leasing	51,11% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	408.261
Aymoré C. Financ.	Leasing		2018	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	211.960
SG Equip. Financ.	Leasing		2019	Fiduc. + Res. Domínio	116.516	-	116.516	402.224
Daycoval	Leasing		2019	Fiduc. + Res. Domínio	342.658	628.206	970.864	-
				Financia- mentos	459.174	628.206	1.087.380	3.130.539
CONTROLADORA					459.174	628.206	1.087.380	3.479.377

A cooperativa captou parte dos empréstimos junto às Instituições Financeiras acima para financiar obras de melhorias dos seus Recursos Próprios e para a construção CDI e do Santos Dumont Hospital Litoral Norte e ampliação do hospital de média e alta complexidade Santos Dumont Hospital.

NOTAS EXPLICATIVAS

20) DÉBITOS DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Férias a Pagar (a)	5.809.623	4.755.327	6.228.929	5.132.136
Outras obrigações com Pessoal	35.042	171.631	80.067	171.631
Fornecedores (b)	18.583.277	15.201.141	19.920.743	16.485.999
Outros Débitos a Pagar (c)	7.801.883	5.837.219	928.668	1.289.686
TOTAIS	32.229.825	25.965.318	27.158.406	23.079.452

- a) As férias a pagar dos colaboradores estão calculadas com os encargos sociais.
- b) Este grupo de contas representa as obrigações da cooperativa com terceiros referente a aquisições de materiais e serviços.
- c) Neste grupo foram registradas as obrigações a pagar em 2018 decorrentes dos Aluguéis, Equivalência Patrimonial e outros débitos a pagar não compreendidos em contas específicas.

21) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Segue quadro resumo de saldos:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para Ações Tributárias	2.308.935	1.289.437	2.308.935	1.289.437
Provisão para Ações Cíveis	4.535.146	4.103.576	4.535.146	4.103.576
Provisão para Ações Trabalhistas	2.968.622	1.682.372	3.175.853	1.682.372
TOTAIS	9.812.702	7.075.385	10.019.933	7.075.385

A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

22) CAPITAL SOCIAL, RESERVAS

a) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido entre 692 cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 1,00 (um real).

Abaixo a composição do Capital Social na data do balanço:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Capital Social	47.504.982	35.976.026
T O T A I S	47.504.982	35.976.026

b) RESERVAS

Reservas e fundos

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa estão assim compostas na data do balanço:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Reserva de Reavaliação		
Reserva de Reavaliação (i)	1.273.784	1.321.754
Total da Reserva de Reavaliação	1.273.784	1.321.754
Reservas de Lucros		
Fundo de Reserva (ii)	7.671.295	5.779.247
Fundo de Assist. Técnica, Educacional e Social – FATES (iii)	2.101.024	1.540.396
Fundo de Desenvolvimento (iv)	12.655.757	8.622.890
Total da Reserva de Lucros	22.428.076	15.942.533
T O T A I S	23.701.859	17.264.287

i) Reserva decorrente de reavaliação do imóvel (terreno e edificação) sito Rua Vilaça, 820 Centro-SJC ao valor de mercado, conforme laudo elaborado pela empresa Polidoro & Padovani Engª S/C Ltda em 11 de janeiro de 2008.

Estatutariamente e de acordo com a Lei 5764/71, são previstas as seguintes destinações das sobras:

ii) Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

NOTAS EXPLICATIVAS

iii) Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

iv) Tem por finalidade a destinação de 30% (trinta por cento) das sobras do exercício após deduzidos os percentuais do Fundo de Reserva, do FATES e dos Juros sobre Capital, destinado à construção ou arrendamento de sistema hospitalar próprio, criação e desenvolvimento de serviços de urgência, de diagnósticos e de atendimento a beneficiários, bem como, informatização de consultórios médicos e campanhas de marketing, sendo indivisível entre os cooperados.

23) SOBRAS APURADAS - FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício		
Resultado dos Atos Cooperativos	20.071.673	18.632.028
Resultado dos Atos Não Cooperativos	(1.151.194)	(593.039)
Resultado antes das destinações	18.920.479	18.038.988
Destinações Estatutárias:		
(-) Reserva Legal (10%) e Result. dos Atos Não Cooperativos	(1.892.048)	(1.803.899)
(-) FATES (5%) e Resultado dos Atos Não Cooperativos	(946.024)	(901.949)
(-) Juros sobre Capital Próprio	(2.639.519)	(2.036.379)
(-) Fundo de Desenvolvimento (30%)	(4.032.866)	(3.989.028)
T O T A I S	9.410.021	9.307.733

24) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A cooperativa conforme disposição estatutária e legal efetua o crédito de juros sobre capital próprio a seus cooperados até 6% a.a.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Juros sobre Capital Próprio	2.639.519	2.036.379
T O T A I S	2.639.519	2.036.379

25) COMPARTILHAMENTO DA GESTÃO DE RISCOS ENTRE OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico conforme requerido pela Resolução Normativa – RN nº 430, de 07 de dezembro de 2017, da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2018, sendo que as operações entre Operadoras Unimed's foram contabilizadas de acordo com relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio.

Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as **Unimeds Origem** e **Executora**, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações conforme regimento descrito na RN-ANS nº 430/2017, ocorreram conforme definições descritas a seguir:

Unimed São José dos Campos na condição de Origem

Compartilhamento relativo a atendimentos de beneficiários de contratos em preço preestabelecido da Unimed São José dos Campos, ocorridos de forma continuada (Intercâmbio Habitual) em outras Operadoras em preço pós-estabelecido (atendimento dos beneficiários + taxa de administração).

Os custos dos atendimentos assistenciais passaram a ser contabilizados em conta redutora de Contraprestações Líquidas, conta contábil 3117 (-) Contraprestações de Corresponsabilidade Transferida/Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido, que totalizaram o montante de R\$ 50.330.502.

Unimed São José dos Campos na condição de Prestadora

Compartilhamento relativo a atendimentos de beneficiários de outras Operadoras pela Unimed São José dos Campos, de forma continuada (Intercâmbio Habitual) em preço pós-estabelecido (atendimento dos beneficiários + taxa de administração). As faturas de cobrança passaram a ser contabilizadas em grupo contábil de Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde, conta "311112 – Cobertura Assistencial com Preço Pós-estabelecido – Corresponsabilidade Assumida", que totalizaram o montante de R\$ 121.186.420.

Os custos dos atendimentos assistenciais passaram a ser contabilizados como Eventos Conhecidos ou Avisados de Assist. à Saúde Méd-Hosp., conta contábil "411112 – Cobertura Assistencial com Preço Pós-estabelecido", que totalizaram o montante de R\$ 98.172.807.

NOTAS EXPLICATIVAS

Observação:

Em face da necessidade de consolidação das transações de Intercâmbio-Unimeds, através dos relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (arquivo PTU), as informações para atendimento aos dispositivos contidos na RN-ANS nº 430/2017, somente foi possível sua disponibilização ao final do exercício de 2018, razão pela qual os registros contábeis de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, foram efetivados em dezembro/2018. Os saldos comparativos referentes a 31.12.2017, estão sendo apresentados sem os efeitos da Resolução Normativa RN-ANS nº 430/2017.

Margem de Solvência – Efeitos da adoção da RN-ANS nº 430/2017

Em razão dos efeitos da adoção dos procedimentos estabelecidos pela RN-ANS nº 430 de 07 de dezembro de 2017, que culminaram na redução das Contraprestações Líquidas dos planos de assistência à saúde da Operadora por conta da Corresponsabilidade Transferida, cujo correspondente montante antes era registrado como custo assistencial dos planos, bem como, do acréscimo das Contraprestações Líquidas e dos Eventos Indenizáveis dos planos na modalidade de preço pós-estabelecido por conta da Corresponsabilidade Assumida, antes registrados como Receitas/Despesas de Oper. Assist. Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora, houveram alterações nos parâmetros utilizados no cálculo da Margem de Solvência.

Diante do exposto, a partir dos registros realizados em dezembro/2018, a Margem de Solvência total calculada antes com base na forma de contabilização das transações ora descritas até o exercício de 2017, somava o montante de **R\$ 86.903.977**, para o valor parcial exigido em 31/12/2018 da ordem de **R\$ 60.038.926**. Na forma de contabilização das transações conforme regras estabelecidas pela RN-ANS nº 430/2017 a partir de 2018, a Margem de Solvência total calculada passou a ser de **R\$ 87.038.672**, para o montante parcial exigido em 31/12/2018 da ordem de **R\$ 60.133.913**, montante correspondente a 83,51% do total exigido até Dez/2022 conforme RN nº 313/2012.

A Operadora apresenta suficiência para o cálculo da Margem de Solvência de R\$ 16.084.806 em 2018.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico, para fins de Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2018, totaliza o montante de R\$ 76.218.718.

26) COBERTURA DE SEGUROS

A Cooperativa possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas em seu patrimônio, com a Tokio Marine Seguradora S.A., apólice nº 180 0000983580, vigência das 24 horas do dia 20/05/2018 até às 24 horas do dia 20/05/2019.

A apólice possui cobertura contra sinistros de incêndio, explosão, danos elétricos, subtração de bens, equipamentos eletrônicos, acidentes provenientes de impactos de aeronaves e veículos e sinistros ambientais. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

ITENS COBERTOS	TIPO DE COBERTURA	VALOR SEGURADO
Imóveis, Instalações, Equipamentos, Máquinas e Móveis	Incêndio, Raio, Explosão, Implosão e Fumaça	45.760.000
	Lucros Cessantes (Despesas Fixas), em decorrência de Raio Incêndio, Explosão, Implosão Período Indenitário: 6 meses	3.300.000
	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	2.200.000
	Danos Elétricos	2.200.000
	Aluguel – Perda/Pagamento, por de Incêndio, Raio, Explosão, Implosão Fumaça Período Indenitário: 12 Meses	1.287.697
	Roubo e Furto Mediante Arrombamento	440.000
	Equipamentos Eletrônicos	550.000
	Equipamentos Móveis (Operados Local do Risco)	1.100.000
	Equipamentos Estacionários	5.500.000
	Valores No Interior do Estabelecimento	11.000
	Valores Em Trânsito	11.000
	Quebra De Vidros, Espelhos e Mármore	66.550
	Responsabilidade Civil e Operações	550.000
	Recomposição de Registros e Documentos	55.000
	Alagamento e Inundação	550.000
	Quebra de Máquinas	55.000
	Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves	220.000
	Derrame e/ou Vazamento Tubulações Hidráulicas	1.100.000
	TOTAL	64.956.247

NOTAS EXPLICATIVAS

27) EVENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES – INFORMAÇÃO REGULAMENTADA PELA ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/ Familiares pós Lei

DESCRIÇÃO	CONSULTA MÉDICA	EXAMES	TERAPIAS	INTERNAÇÕES	OUTROS ATENDIMENTOS	DEMAIS DESPESAS	TOTAL
Rede Própria	10.518.291	3.009.717	32.040	23.712.156	-	-	37.272.205
Rede Contratada	19.291	7.603.695	3.945.609	18.782.564	-	-	30.351.160
Reembolso	261.022	-	-	-	-	-	261.022
Interc. Eventual	1.457.751	-	-	-	-	-	1.457.751
TOTAIS	12.256.355	10.613.413	3.977.649	42.494.720	-	-	69.342.138



Dr. Julio Cesar Teixeira Amado
Diretor Presidente



Dr. Nelson de Almeida
Diretor Administrativo e Financeiro



Delcia Helena Pinto dos Santos
CRC 1SP169889/O-0
Contadora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Cooperados da Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da **Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico**, identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Unimed São José dos Campos** e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Conforme detalhado na nota explicativa nº 25, a Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS publicou a Resolução Normativa – RN nº 430 de 07/12/2017, estabelecendo o adequado entendimento e tratamento contábil para as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde para aplicação a partir de janeiro/2018, especificamente no que tange à condição quando o beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora de forma continuada, neste caso definido como intercâmbio habitual.

Por ausência de definição regulatória e/ou interpretação diferenciada, os atendimentos através de Intercâmbio entre operadoras, de beneficiários oriundos de operadora origem do vínculo contratual em preço preestabelecido, por outras operadoras mediante remuneração em custo operacional (preço pós-estabelecido), até o exercício de 2017 eram tratados de modo geral pela operadora executora na forma de prestação de serviços sem distinção entre condição eventual e habitual, registrando-se as receitas e custos correspondentes como Receitas/Despesas Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora, enquanto que a operadora originária do beneficiário, registrava a despesa assistencial como Eventos Indenizáveis, a qual era computada à sinistralidade do contratante junto com os demais eventos de sua rede própria ou credenciada.

Em razão da indisponibilidade de base de dados informativa no curso no exercício de 2018, a Unimed São José dos Campos com vistas ao atendimento ao mencionado dispositivo normativo, obteve através de relatórios extraídos das movimentações entre as Unimeds (arquivo PTU), o detalhamento das transações de intercâmbio habitual em preço preestabelecido entre as Unimeds de Origem e Executora, permitindo assim a identificação e segregação das operações de compartilhamento de riscos nos moldes requeridos pela RN-ANS nº 430/2017 e, conseqüentemente o registro integral das transações do exercício de 2018 no mês de dezembro/2018.

Assim sendo, na Demonstração de Resultado do Exercício de 2018, os efeitos da adoção das operações de compartilhamento da gestão de riscos, conforme estabelecidos pela RN-ANS nº 430 de 07 de dezembro de 2017, estão representados pela redução das Contraprestações Líquidas dos planos de assistência à saúde da Operadora por conta da Corresponsabilidade Transferida, antes registrada como custo assistencial dos respectivos planos e, por acréscimo das Contraprestações Líquidas e dos Eventos Indenizáveis dos planos na modalidade de preço pós-estabelecido por conta da Corresponsabilidade Assumida, antes registrados como Receitas/Despesas de Oper. Assist. Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora. Tais procedimentos causaram alterações nos parâmetros utilizados no cálculo da

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Margem de Solvência, conforme detalhado na nota explicativa nº 25.

Os registros relativos ao exercício de 2017, por impossibilidade da Operadora em apurar as transações de intercâmbio habitual, não contemplam tais modificações, portanto a comparabilidade de exercícios no que tange às mencionadas contas contábeis, encontra-se prejudicada.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

► Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2019.

Ápice Auditores Independentes S/S

CRC 2SP020.790/0-4



Paulo Rogério de Azevedo

Contador - CRC1SP 192.653/0-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico, com base no artigo 56 da Lei no 5764/71, no artigo 163 da Lei no 6404/76, e nos termos dos artigos 102 e 103, inciso XII do Estatuto Social, examinaram as demonstrações contábeis elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram auditadas pela ÁPICE AUDITORES INDEPENDENTES S/S, que emitiu parecer datado de **30 de janeiro de 2019**, sem ressalvas.

Após analisarem as demonstrações contábeis e, em função das atividades de fiscalização dos atos do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, realizadas ao longo de 2017, os membros do Conselho Fiscal da Unimed São José dos Campos são de opinião de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial e financeira da Cooperativa e se encontram em condição de aprovação.

São José dos Campos, 14 de fevereiro de 2019.



Dr. Alexandre de Souza Muassab
Coordenador do Conselho Fiscal



Dra. Maria das Graças M. de Andrade Brum
Conselheiro Fiscal – Titular



Dr. Joper Fonseca Junior
Conselheiro Fiscal – Titular



Dr. Arthur de Campos Pereira da Silva
Conselheiro Fiscal – Suplente



Dr. Paulo Cesar Ribeiro de Carvalho
Conselheiro Fiscal – Suplente



Dr. Ricardo de Alvarenga Yoshida
Conselheiro Fiscal – Suplente

DF 2018

UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO



ANS - Nº33187.2

Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1365 - Jd. São Dimas
CEP 12245.030
Central de Atendimento ao Cliente
0800-7274141

www.unimedsjc.coop.br